

PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO DE LUTAS PELA DEMOCRACIA, DESIGUALDADES E DIREITOS NO BRASIL: 1988-2024¹

PARTICIPATION IN THE CONTEXT OF STRUGGLES FOR DEMOCRACY, INEQUALITY, AND RIGHTS IN
BRAZIL: 1988-2024

Maria da Glória Gohn

Professora Titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e bolsista de Produtividade 1A do CNPq. Seu principal campo de estudo refere-se à participação da sociedade civil, especialmente os movimentos sociais, já tendo publicado dezenas de livros sobre o tema. E-mail de contato: mgohn@uol.com.br.

¹ De início, registro que a sistematização de ideias para o evento de celebração de 70 anos do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, em 2024, agora registrado nesta publicação, foi fundamental para a construção e elaboração de um novo livro meu, a ser lançado pela Editora Vozes em 2025, intitulado: *Metamorfoses da Participação no Brasil*. Agradeço ao Prof. Fernando Lima Neto, coordenador da mesa na ocasião, pela sugestão de organizar, a partir da minha apresentação, uma obra a respeito “das metamorfoses ‘da participação no Brasil.’”

RESUMO

Discutem-se as modalidades e os processos de participação da sociedade e sua presença nas políticas públicas, que conduzem a um entendimento do processo de democratização. A questão da participação é dividida em alguns eixos: participação cidadã, antiglobalização, participação sociopolítica e cultural, juventudes, coletivos, contramovimentos e empreendedorismo. Conclui-se que não obstante a importância da pauta identitária, não é possível ignorar as estruturas macroeconômicas de sociedades desiguais. O debate sobre a desigualdade socioeconômica e cultural e as pautas das lutas identitárias precisa caminhar ao mesmo tempo, não separados. Atentar para os pontos de interseccionalidade, assim como para os jovens e suas novas formas de expressão.

Palavras-chave: movimentos sociais; coletivos; juventude; participação; identitarismo.

ABSTRACT

This paper discusses the modalities and processes of societal participation and its presence in public policies, which lead to an understanding of the democratization process. The subject of participation is divided into several axes: citizen participation, anti-globalization, socio-political and cultural participation, youth, collectives, countermovements, and entrepreneurship. It concludes that, despite the importance of identity-related issues, it is impossible to ignore the macroeconomic structures of unequal societies. The debate on socioeconomic and cultural inequality and the struggles around identity issues need to progress simultaneously, not separately. Attention should be paid to points of intersectionality, as well as to youth and their new forms of expression.

Keywords: social movements; collectives; youth; participation; identity politics.

Para iniciar, gostaria de manifestar a profunda emoção de estar aqui, porque é a primeira vez que eu retorno à PUC após o falecimento de Angela Paiva, amiga, companheira a qual tive a satisfação de conhecer orientando o pós-doutorado que ela fez na Unicamp, e, a partir daquele trabalho, nós não nos separamos. Continuamos parceiras, em no mínimo 15 eventos programamos no Brasil e no exterior, e tivemos muitos outros, além de publicações, bancas etc. Assim como para muitos aqui da PUC/Rio, certamente, foi um choque, algo que só o tempo vai nos ajudar a seguir superando e ao mesmo tempo cada vez mais valorizando o trabalho da Profa. Angela Paiva, que também se dedicou, desde seu doutorado, à questão dos direitos.

A minha apresentação trata de discutir as modalidades e os processos de participação da sociedade e sua presença nas políticas públicas, que conduzem ao entendimento do processo de democratização. Faz-se necessário nos remeter à Constituição de 1988 e os direitos que foram conquistados, para ter acesso e fruição de direitos sociais, políticos, culturais etc. ~~Então~~ Eu vou fazer do tema da participação o fio condutor e, aliás, toda a apresentação é uma certa síntese dos meus dois últimos livros, que são *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*, publicado no Brasil de 2019, ou seja, ainda estávamos no regime de um grande sufoco; e, depois, o livro *Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis*, publicado em 2022, pensando numa transição.

Eu divido a questão da participação em alguns termos, sabendo que estão historicamente datados. São estes: a participação cidadã; a questão da participação global antiglobalização; a participação sociopolítica e cultural; a participação das juventudes, a qual tenho dado um grande destaque e ênfase atualmente, e, ao falar da juventude, falar de junho de 2013 retomando-o brevemente; os coletivos; a participação antidemocrática, que são os contramovimentos; e a participação empreendedora. Então, essas são as categorias, valendo lembrar que elas estão um pouco datadas.

Primeiramente, a participação cidadã. Antes, durante o regime militar, falava-se muito de participação comunitária e participação popular: bairros, CEBs (comunidades eclesiais de base) da Igreja Católica, depois participação sindical etc. Isso foi a base da chamada fase movimentalista das décadas de 1970 e 1980. Mas neste período foi-se gestando a participação cidadã, porque justamente ela foi a reivindicação de direitos ao longo de 1980, final do processo constituinte. Ao longo dos anos 1990, resulta então na trajetória para implementar aqueles direitos conquistados. Foram conquistas institucionais, conselho de gestores, Orçamento Participativo etc. E o aprofundamento da democracia foi solidificando aquele conceito de cidadania que antes era demandado, mas só passou a existir depois da Constituição de 1988, sob forma de leis. Foi dada ênfase em políticas públicas, justamente para implementar aquelas conquistas. A partir dos anos 2000, as formas de gestão deliberativas criaram inúmeras inovações no campo da participação popular democrática, como participação eletrônica, redesenho do formato da construção de várias políticas sociais, generalização de conferências etc.

A participação cidadã teve, ao longo da década de 2010, principalmente, uma tendência à institucionalização, justamente por conta de políticas e leis, entendendo essa institucionalização como a inclusão no arcabouço jurídico e institucional. Ela produziu alterações na sociedade brasileira, fortalecendo pautas identitárias organizadas ao redor do gênero, raça, etnia etc., mas também, ao longo do tempo, foi tendo limitações. As formas de participação institucionais eram mais consultivas, muito pouco deliberativas, com pouca renovação dos representantes. Depois foi havendo um certo esgotamento dessa forma iniciada lá na Constituição, nos anos 2000, 2010, e vieram as contestações de 2013. Posteriormente, sabemos que, com o impeachment da presidente Dilma, veio o desmonte, o esvaziamento das políticas participativas entre 2016 e 2022, e de vários canais de participação sociais formais.

Quanto à participação antiglobalização, como eu estou fazendo uma linha do tempo, ao mesmo tempo que ocorria a implementação da participação cidadã, também, ao longo dos anos 1990, a partir do “Seattle” (1999), passa a ter importância a participação global do movimento antiglobalização, que se refletiu principalmente no Fórum Social Mundial e nas manifestações que ocorreram no mundo afora às vésperas das grandes conferências internacionais. Esse tipo de manifestação retorna depois, mas sob outro formato. Depois da queda das Torres Gêmeas, em 2001, nos Estados Unidos, houve bastante perseguição e prisões etc., e o movimento antiglobalização tal como ele se organizava, às vésperas das grandes conferências internacionais, foi bastante desativado.

Quanto à participação sociopolítica e cultural, ela deriva da participação social, da participação cidadã, mas ela tem algo específico que foi se construindo a partir dos anos 2000. No início deste século, quando se falava de participação social, popular, comunitária, cada um estava no seu nicho: mulheres eram uma coisa; movimento negro, que estava iniciando, era outra coisa; movimento de bairros etc. Quando começa a participação sociopolítica e cultural, o foco também estava na questão das identidades. Então, decorrente dessa participação, que não se limita ao social, à sociedade; mas se constrói pelo protagonismo político de novos atores, diferente da década de 1980. Ela é cultural porque a questão das identidades e pertencimentos são chaves e amálgamas também dos modos e formas de agir e pensar nessa modalidade. Aqui também é relevante essa questão de pertencimento, de um sentimento de identidade que gera motivação. Os laços sociais se unem, por exemplo, os indígenas participam não apenas por um território de vizinhança, o bairro, região, ou local de trabalho, ou por relações locais/laborais. Foi-se criando então o chamado identitarismo.

São identidades construídas a partir do reconhecimento difuso do *eu* e do *outro*, que ultrapassa fronteiras de sociabilidades, antes predominantes e definidoras, por exemplo, das identidades de classe e nação — que era o que a esquerda colocava. Essas eram as contradições fundamentais, inclusive havia muita dificuldade de dialogar com o próprio movimento das mulheres. Os laços culturais advindos de pertencimento de gênero, raça, cor, etnia, crenças

religiosas; causas sociais ambientais e defesa do patrimônio territorial criaram movimentos, organizações e grupos sociais produtores e geradores de identidades sociais, em busca do acesso a direitos sociais políticos, econômicos, culturais previstos na Constituição, demandando e pressionando o Estado.

Nessa participação sociopolítica e cultural, os sujeitos que compõem esse grupo são originários de comunidades LGBTQIA+, povos originários etc. Isso foi algo já deste século, com presença maior na cena pública. Recentemente escrevi um artigo sobre o movimento dos povos indígenas, que foi um dos primeiros publicados na área da Sociologia, porque só os antropólogos analisavam os indígenas; era um grupo à parte. Analisei enquanto um movimento social e publiquei na *Revista Brasileira de Sociologia*. Retomando, observa-se neste século o crescimento e organização dos grupos de indígenas, ribeirinhos, afrodescendentes, imigrantes (de várias nacionalidades), defensores de causas ambientais — que depois da ECO-92 progressivamente explodiu —, e a questão de território e patrimônio histórico. Então essas categorias de gênero, raça, sexualidade, entre outras, passaram a ocupar importante lugar no debate das desigualdades sociais e na luta contra elas.

Nesse cenário é que destaco a questão das juventudes, porque as coisas foram mudando e a juventude foi ficando um pouco na dela, visto que aquelas formas mais institucionalizadas, focadas no identitarismo, foram ficando muito ligadas às políticas públicas, e os jovens foram recriando coisas novas. Na década de 2010 já havia certamente movimento de jovens estudantes, dentro da universidade, por causa dos bandejões, a questão da tarifa zero, mobilidade urbana. Eles ganharam já em 2005 e em 2007, em Florianópolis, e em Salvador, certa importância, mas serão destaque sobretudo a partir de 2013. Junho de 2013 demarcou novas possibilidades, no meu ponto de vista, de organização, estratégias, conteúdos, pautas, e se descobriu o valor e importância das estruturas horizontais e autônomas, tanto do Movimento Passe Livre quanto da questão dos coletivos, a qual retorno daqui a pouco.

A maioria dos jovens que saiu às ruas em 2013 não estava em movimentos identitários, nem nos populares, nem nos canais institucionais participativos. Isso é algo importante. Em junho de 2013 foi um ciclo também global, no sentido de uma reconexão com a antiglobalização — contestação ao autoritarismo, questões do Oriente Médio, protestos em vários locais, como Grécia, Espanha e Portugal. Portanto, o importante não é focalizar junho de 2013 em si, mas buscar decifrar o seu significado e os enigmas daquela época que impactaram o que veio depois, e compreender por que há uma disputa sobre seu legado. Vários tentaram negar sua importância porque supostamente “o ovo da serpente” já estava lá. Refletir e avaliar aquele junho de 2013 é analisar como foram sendo incorporadas não apenas as demandas progressistas contra as desigualdades e a favor da inclusão social, mas também as demandas conservadoras, que se apropriaram daquelas pautas progressistas aproveitando-se de uma janela de oportunidade que ali apareceu.

Em junho de 2013 os jovens eram de outra geração. Alguns advinham de coletivos, não eram um bloco homogêneo, mas a crise política-ideológicas deles varia do campo de centro-esquerda, esquerda radical, anarquista, autonomista, mas também liberais e conservadores. Junho de 2013 foi marcado por uma conjuntura de novas articulações pela estruturação de um discurso crítico aos espaços tradicionais de participação e representação política. Isso é muito importante, porque vários setores da sociedade colocavam a questão da necessidade de reformas políticas, e os jovens então estavam em outro momento. Essas coisas de caráter mais formais, partidos, sindicatos, estavam sendo criticados, e os jovens defendendo causas que valorizam a experiência; viver a experiência. Tanto que hoje quando se fala muito dos corpos, de subjetividade, é uma questão de viver a experiência, que é isso que importa.

Não dá para entender o pós-Junho de 2013 se não observarmos a tecnologia como campo fértil para a ação coletiva. Assim renascem alguns grupos de jovens de inovação de base, introduzem suas próprias narrativas a respeito dos recursos de tecnologias, mobilizam o poder público, criam redes de pessoas que promovem e coordenam atividades alternativas, atentas às demandas das comunidades a que pertencem; mas acelera-se também o uso das redes tecnopolíticas nos grupos de direita. Por isso, temos que observar, interpretar e analisar as formas não convencionais de participação. Porque eu vejo as pessoas muito preocupadas com a questão do poder da eleição, mas a minha preocupação, já há algum tempo, é olhar a sociedade; o que está acontecendo, o que move essas pessoas a agir de uma forma ou de outra. E olhar bastante para a questão dos jovens.

Assim, devemos olhar o ativismo, as contestações sociais progressistas, como por exemplo, os coletivos. Os coletivos não são uma novidade histórica. Embora antes se restringissem mais à questão na área da cultura, existem formas de engajamento e construção diferentes das ações coletivas, diferentes de movimento social, e diferente das ONGs. Infelizmente às vezes alguns setores da esquerda mais tradicional não querem nem saber sobre isso, para eles existe o movimento social apenas. Não se veem essas diferenças, tratam tudo como um bloco homogêneo: ou tem movimento ou não tem. Os coletivos não precisam de CNPJ para se formar ou fazer uma parceria, são fáceis de criar, predominam muito nas universidades — basta cada um olhar para a sua própria universidade —, e expressam um novo ciclo geracional. Isso é o ponto mais importante que eu encontro no coletivo, fazendo protestos, insurgências, são colaborativos e solidários, assim como concebem uma nova cultura política no campo da participação sociopolítica.

Eles não vieram daquela tradição dos pais que lutaram contra a ditadura e que participaram de partidos. Não vieram dessa geração. Eles abrigam causas identitárias, além de fazerem projetos culturais. Eles já existiam no século XX, mas multiplicaram-se muito em 2013, alguns formados justamente naquele ano. Existe essa sociabilidade urbana, também na área do lazer — por exemplo, vários coletivos em São Paulo criaram os *slams*. Muitos nem sabem o que é isso:

trata-se de movimentos que contêm rap, dança, mas é uma dança que tem que ser feita num dado tempo, combinando movimento do corpo com a música etc. Há campeonatos e muitos estão dando atenção a isso. O Instituto Tomie Ohtake fez uma amostra com um concurso. E a academia, está olhando para isso? Está estudando? É preciso estar atento. Há também os jovens que negam a participação em movimentos clássicos, principalmente o movimento clássico estudantil, e tradicionais, como partidos, sindicatos, conheceram a forma “coletivo” participando dos movimentos sociais.

Uma outra forma de participação é a antidemocrática, os contramovimentos. Eles sempre estiveram presentes, mas na história do Brasil, na década de 2000, foi organizado em São Paulo, em 2007, o famoso movimento Cansei. Em 2014, foi criado o MBL, Movimento Brasil Livre, pegando carona com o MPL para confundir as coisas. Eles atuam como organizações com movimentos políticos, que na realidade são contramovimentos. Se eu ponho em consideração o que qualquer movimento deveria conter, retomando Touraine, Melucci e outros clássicos que estudaram os movimentos sociais, entendemos que eles são contramovimentos, e não movimentos sociais propriamente ditos. Então se caracterizam por atos antidemocráticos nas ruas e ataques contra as instituições públicas. Esses contramovimentos defendem a desregulamentação dos direitos sociais conquistados. Na realidade, eles fazem parte de uma onda mais geral do capitalismo, de retorno dos conservadores ao poder e desmonte de direitos e políticas sociais progressistas nas últimas décadas, no momento justamente de crise econômica, desemprego, grandes fluxos migratórios populacionais fugindo de regimes autoritários de toda natureza. Eles atuam com mensagens em redes sociais e criam narrativas emocionais, apropriando-se de temas do cotidiano, tais como segurança, moradia, saúde, mundo do trabalho e valores morais, como a questão do aborto, a questão LGBTQIA+, e assim vão conquistando as bases populares. É interessante que nós temos observado uma inversão. Sem falar de classes sociais, esses conservadores centram o foco nas massas populares, na classe trabalhadora, como tanto antigamente se falava, enquanto os progressistas e a esquerda focaram no identitarismo e se afastou das bases.

A participação empreendedora é a última forma que eu selecionei. Ela vem desde o final da década de 1990, na realidade veio com o advento da Lei do Voluntariado, com o terceiro setor, com o conceito de solidariedade, fora dos marcos filantrópicos e articulados às novas relações de sociabilidade. Isso se refletiu nas associações voluntárias; o “bom vizinho” foi substituído pelo voluntário de uma ONG, ou uma microempresa, depois, dentro da comunidade num trabalho. Foram-se transformando progressivamente no que chamamos hoje de “participação empreendedora”, estimulada por grupos e associações privadas, com mecanismos poderosos de integração e habilitação dos indivíduos. É uma abordagem diferente de capital social, não mais aquele desenvolvido por Putnam nos anos 1990. Esse novo capital social de uma dada comunidade é

visto como tão importante como o capital econômico, pelo fato de gerar inovações demarcando práticas associativistas de caráter solidário, resiliente, criativo e gerador de emprego e renda.

Estamos assim em um momento de grandes discussões sobre trabalho, crise da democracia e o que está minando suas bases. Por isso, temos que olhar com atenção as mudanças na base produtiva do trabalho por meio do desenvolvimento e introdução das novas tecnologias. Esse empreendedorismo e outras formas de flexibilização das relações laborais vão levando a uma nova concepção de mundo do trabalho, atuando em subjetividades; não há no horizonte uma cidadania salarial alicerçada em direitos sociais. Eu me lembro de quando os entregadores de mercadorias não queriam nada de regulamentação, criar contrato ou algo parecido. Eles até foram incluídos numa categoria sindical, mas também não queriam. Afinal, a grande maioria é muito heterogênea certamente.

Portanto, a diminuição do papel do Estado na economia e na vida social com as privatizações, transferência de atividades típicas de governos para o chamado terceiro setor, empresas públicas com desregulamentações diversas visando a atração de capitais e abertura comercial, tudo isso está acontecendo simultaneamente no Brasil. É um mundo completamente diferente, com relações laborais muito diferentes também. Assim, o neoliberalismo que promove o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado e dos interesses do mercado.

É uma nova ordem das coisas, na qual o tipo novo de sujeito fabricado é pautado por uma racionalidade capitalista do tipo neoliberal, que dá voz para quem não tem voz. Há várias organizações atuando nas comunidades, nas favelas, e por detrás há grandes grupos empresariais, bancos, multinacionais que apoiam projetos, cozinhas comunitárias. Na ANPOCS de 2024, eu apresentei um trabalho sobre Paraisópolis. Eu tinha feito um trabalho sobre Paraisópolis no início do século e 20 anos depois fui rever como estavam esses grupos. Outra realidade. Para essas populações a democracia é um ideal, mas não resolve os problemas da vida cotidiana. Por isso, apoiam políticos e políticas conservadores que reconstroem narrativas de que pode haver esperança no futuro.

Ao mesmo tempo, vivenciamos mudanças no campo religioso, como o crescimento de igrejas evangélicas nas últimas décadas. Mas essas igrejas tendem incentivar menos a participação em partidos políticos, sindicatos, associações de bairro, espaços recreativos comuns, uma vez que as igrejas competem pelo tempo livre de seus fiéis, criando espaços de socialização dentro da própria igreja. Ou seja, os evangélicos pentecostais, por exemplo, passam a ter nas últimas décadas, como sinal contrário, o papel desempenhado na década de 1970 e 1980 por parcelas das CEBs da Igreja Católica, que discutiam à luz da Bíblia construir um processo de conscientização e cultura política, na luta por direitos e cidadania.

Com isso, há a crise da democracia, violência, crime organizado, fenômenos que podem ser entendidos como expressões da corrosão do tecido social e da descrença nas instituições

públicas. Cito aqui até um trabalho que foi apresentado na ANPOCS, que foi muito interessante e em cuja apresentação eu fui debatedora. Cito:

O discurso em torno da democracia e do respeito aos direitos humanos para lidar com a violência urbana perdeu grande parte de seu público, enquanto um discurso que clamava pela imposição de ‘lei e ordem’ através da força ganhou espaço. [...] o discurso, baseado no autoritarismo militarista, ganhou força entre o público periférico como a única forma possível de combater o crescente poder do crime organizado e garantir a vida. (Fontes, 2024, p. 17).

Para explicar esse clima de ódio que passou a dividir a sociedade brasileira nesta última década, para além das posições e divisões partidárias, há a necessidade de apontar caminhos para o diálogo e a formação de consensos. Necessidade de não estimular ressentimentos, que vemos que são estimulados, porque esses ressentimentos só despertam o ódio e geram o desejo de vingança. Há necessidade de discursos e planos políticos agregadores. Narrativas agregadoras. Mas o diálogo não se constrói entre posições sociais em condições desiguais; é preciso equalizar os termos e os lugares do debate. O valor da democracia não está na existência do “berreiro e xingamento” entre lados opostos, mas sim na preservação de uma vida social e cultural saudável, onde haja diálogo e respeito ao outro, vida inteligente etc.

Como conclusão, olhando para os ciclos participativos, observamos que os movimentos identitários ou emancipatórios cresceram e se fortaleceram, reivindicando direitos sociais. Tivemos saldos positivos nas formas de participação em instâncias institucionalizadas, tais como a constituição de redes de direitos e políticas públicas voltadas para setores excluídos ou discriminados. Mas os avanços não foram suficientes, e as políticas públicas focalizaram grupos específicos, sem caráter universalizante. Disso resulta que, na atualidade, os direitos sociais com pressupostos e garantia dos direitos civis e dos direitos políticos estão enfraquecidos e podem vir a ser retirados, dependendo da caneta de quem está no poder. Realmente é importante nos atentarmos para quem está indo para o poder e para os processos eleitorais. Porque aquilo que era um direito tem-se convertido num serviço privado, regulado pelo mercado. E, portanto, torna-se uma mercadoria à qual têm acesso apenas os que têm poder aquisitivo para adquiri-la.

Com isso, a questão da desigualdade socioeconômica — e a pobreza propriamente dita — tem ficado à margem. Confunde-se desigualdade socioeconômica, equidade, diversidade e diferenças socioculturais — certamente que essas duas últimas são muito bem-vindas. O debate sobre a desigualdade econômica e a desigualdade social e cultural no tratamento/relacionamento de inúmeras opressões e as pautas das lutas identitárias precisam andar juntos. Quer dizer, a questão da pobreza com a dos pertencimentos culturais. Buscar os pontos de interseccionalidade, união, respeitando as singularidades do extenso leque das diversidades existentes. Na democracia deve-se atentar para o caráter universal das políticas públicas, de forma que exista a combinação da igualdade com a equidade, ou seja, onde haja respeito às diferenças e aos diferentes. Onde haja o



reconhecimento das especificidades culturais e políticas estruturais voltadas para a pobreza, para que saibamos se o país tem um projeto, quais são os projetos, e afins.

Mas é impossível falar de identidades e não olhar para as estruturas macroeconômicas. Isso não pode ser visto como uma volta ao passado, uma análise determinística. É retomar análises estruturais e recolocar a política no centro, no foco dos conflitos, é uma tarefa da atualidade. E, nessa tarefa acho que é importante olharmos principalmente a questão dos jovens e da juventude. Sem se referir às estruturas que perpetuam a exclusão, a hierarquização e as desigualdades, a representatividade de diferentes categorias sociais historicamente excluídas na sociedade, nas políticas públicas, não pode se limitar à presença de indivíduos nas estruturas de poder. Eu fico muito satisfeita quando vemos nossos colegas nomeados para algum cargo, fazendo parte de uma comissão, no governo, seja um colega da universidade, seja um companheiro de luta, de ativismo em uma determinada causa. Mas eu acho que essa representatividade tem de ir além da presença, porque tem de estar aliada à autonomia e à autodeterminação dos sujeitos sociais que elas representam, e a um projeto de mudanças efetivas no país.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Qual o futuro do trabalho na era digital? Será que o trabalho tem futuro? In: REIS, Tiago Siqueira; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. (Orgs). *Lutas e Movimentos Sociais no Tempo Presente: historiografia, teoria e metodologia*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2022.
- CASTELLS, Manuel *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel; CALDERON, Fernando. *A nova América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.
- DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario *Los movimientos sociales*. Madrid: UCM, 2015.
- FONTES, Leonardo O. Neoliberalismo autoritário, periferias urbanas e a ascensão da extrema direita no Brasil. 48 *Encontro Anual da ANPOCS*, Campinas, 2024.
- GOHN, Maria da Glória. *Metamorfoses da Participação no Brasil: Coletivos Periféricos Urbanos, Povos Indígenas, Juventudes Autonomistas e Conselho de Participação Social da República*. Petrópolis: Vozes, 2025 (no prelo).
- GOHN, Maria da Glória. Coletivos: novas formas de expressão dos jovens no associativismo contemporâneo no Brasil. *Cavitas: Revista De Ciências Sociais*, 25(1), 2025.
- GOHN, Maria da Glória. O movimento dos povos originários indígenas no Brasil: história das lutas e confrontos no campo dos direitos. *Revista Brasileira de Sociologia*, Vol. 12 p. 1-33, 2024.
- GOHN, Maria da Glória. Junho de 2013, 10 anos depois: um enigma ainda a decifrar. *Revista Desigualdade & Diversidade*, n. 23, p. 10-38, 2023.

- GOHN, Maria da Glória. *Ativismos No Brasil: Movimentos Sociais, Coletivos e Organizações Sociais Cívicas: como impactam e por que importam?* Petrópolis: Vozes, 2022.
- GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. United Kingdom: Cambridge University Press, 1996.
- NOBRE, M. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Editora Todavia, 2022.
- PAIVA, Angela Randolpho. *Dinâmicas sociais na luta por direitos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Pallas, 2021.
- PAIVA, Angela Randolpho; LIMA NETO, Fernando; SANCHES, Taísa. *Movimentos e coletivos sociais: categorias em disputa*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Numa, 2023.
- PUTNAN, R. *Comunidade e Democracia- a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma. Para compreender o mundo hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.